



Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal

**AVALIAÇÕES EXTERNAS (SISTÊMICAS) E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
COMO INSTRUMENTOS PARA PROMOVER A APRENDIZAGEM**

ROGILDA DOS SANTOS OLIVEIRA

Prof^a. Dr^a. Otília Maria A. N. A. Dantas

Prof^a. Dr^a. Liliane C. Machado

BRASÍLIA – DF, julho de 2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

ROGILDA DOS SANTOS OLIVEIRA

**AVALIAÇÕES EXTERNAS (SISTÊMICAS) E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
COMO INSTRUMENTOS PARA PROMOVER A APRENDIZAGEM**

Monografia apresentada ao curso Especialização em Gestão Escolar como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar da Universidade de Brasília – UNB.

Área de concentração: Educação

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Otília Maria A. N. A. Dantas
Prof^a. Dr^a. Liliane C. Machado

ROGILDA DOS SANTOS OLIVEIRA

**AVALIAÇÕES EXTERNAS (SISTÊMICAS) E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
COMO INSTRUMENTOS PARA PROMOVER A APRENDIZAGEM**

Monografia apresentada ao curso Especialização em Gestão Escolar como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar da Universidade de Brasília – UNB.

Área de concentração: Educação

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Otília Maria A. N. A. Dantas
Prof^a. Dr^a. Liliane C. Machado

Prof^a. Dra. Otília Maria A. N. A. Dantas
Orientadora – UNB/FE/MTC

Prof^a. Dr^a. Liliane Campos Machado
Tutora orientadora – UNB/FE/MTC

Prof. Msc. Marcos Alberto Dantas
UNB/FACE/ADM

**BRASÍLIA – DF
2014**

Dedico este trabalho a meu irmão Rogério que sempre acreditou em mim e a quem eu tanto amo, e ao meu companheiro Marcelo, que não mediu esforços para me ajudar nessa empreitada.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por esta oportunidade, pois é por Sua infinita piedade e misericórdia que concluo este trabalho.

Agradeço aos meus pais, Senhor Geraldo e Dona Socorro, por terem me oferecido condições de adquirir conhecimento e assim, me tornar o ser humano que sou hoje, capaz de lidar com as dificuldades, buscando o melhor para mim e meus semelhantes.

Agradeço também ao Senhor Manoel e à Dona Ivete, “pais de coração”, fiéis amigos que me ofereceram o conforto do calor de seu lar, após a dolorosa perda de minha mãe.

Homenageio aqui minha amada Mãe. Guerreira incansável, que tantas lutas travou a meu lado, enfrentando enormes dificuldades para me oferecer um precioso tesouro: a educação através do conhecimento.

Receba minha mãezinha a honra por eu ter me tornado quem sou hoje: uma pessoa que tem garra para enfrentar as lutas da vida. Este foi o grande legado que a Senhora me deixou, após a grande jornada que caminhamos lado a lado. Enquanto eu estiver aqui, terei seu exemplo como meu espelho. À Senhora, minha gratidão e meu amor eternos.

Jamais a esquecerei!

“Quem tem o mel, dá o mel. Quem tem o fel, dá o fel. Quem nada tem, nada dá”. Zé Ramalho.

RESUMO

Este trabalho discorre sobre a importância da avaliação no processo de gestão escolar. Aborda os diversos tipos de avaliação realizadas pelo MEC, com o objetivo de obter dados para subsidiar políticas públicas na área da educação e destaca a importância da avaliação institucional para promover a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas, tendo como base o projeto político pedagógico da escola. Foi realizada pesquisa em uma escola da rede pública de ensino do Distrito Federal - Centro Educacional do Lago Norte /CEDLAN, no intuito de descrever a utilização das avaliações acima no processo de gestão escolar e a análise do uso desses instrumentos para promover a aprendizagem . Apresentamos sugestões de práticas que poderão auxiliar a equipe de gestores no aperfeiçoamento de sua gestão, com o objetivo de beneficiar os principais sujeitos desse processo: os alunos.

Palavras-chave Gestão Escolar. Avaliações do MEC. Avaliação Institucional.

ABSTRACT

This paper discusses the importance of evaluation in the school management process. Discusses different types of assessment undertaken by MEC in order to obtain data to support public policies in education and highlights the importance of institutional evaluation to promote improvement in the quality of education in public schools, based on the political pedagogical project school. A survey was conducted in a school of public schools of the Federal District, in order to describe the use of ratings up on school management and the analysis of the use of these instruments to promote the learning process. We present practical suggestions that may assist the management team in developing their management, with the objective of benefiting the main subjects of this process: the students.

Keywords: School Management. Reviews of MEC. Institutional Assessment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
.....	
2 METODOLOGIA	11
3 AVALIAÇÃO SISTÊMICA E INSTITUCIONAL COMO RECURSOS PARA A APRENDIZAGEM	14
3.1 A avaliação institucional	16
3.2 Avaliação da Educação em Escala (Sistêmica) no Contexto Nacional	17
3.3 Avaliações Externas e Institucional: instrumentos para a melhoria da aprendizagem dos estudantes	22
3.4 Interlocução com os colaboradores	28
CONSIDERAÇÕES	FINAIS 35
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICES	39

INTRODUÇÃO

A avaliação do ensino pode ser realizada por elementos externos à escola – heteroavaliação – ou avaliação em escala, ou sistêmica, como o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), e pode ser também realizada pela própria escola – autoavaliação, ou avaliação institucional.

A avaliação do sistema educacional, após 1990, passou a subsidiar políticas públicas para a educação, com ênfase nos resultados, acompanhando a demanda do mercado e as exigências advindas da globalização. Nesse sentido, para enfrentar a competitividade mundial, a escola passou a ser vista como formadora de conhecimento pelas avaliações externas, dada a necessidade de se ter, cada vez mais, cidadãos capazes de “produzir”, atendendo aos anseios do capitalismo.

No Brasil, o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) realiza um diagnóstico do sistema educacional brasileiro, buscando fornecer informações à sociedade em geral e às escolas sobre o desempenho dos alunos, destacando os resultados quantitativos alcançados, como forma de responder à sociedade sobre os gastos públicos no setor.

A importância de se colocar as avaliações externas e institucional como elemento motivador para mudanças de práticas educativas e pedagógicas por parte da equipe gestora e corpo docente, promovendo a aprendizagem dos alunos é o desafio proposto à escola, buscando garantir uma educação de qualidade.

Nesse trabalho tem-se como questão norteadora, considerando as Avaliações Externas às quais é submetida, bem como a necessidade de uma Avaliação Institucional, como a escola utiliza esses instrumentos para promover a aprendizagem dos educandos, levando em conta o seu Projeto Político Pedagógico?

O Objetivo geral da pesquisa é Investigar como as Avaliações Externas e Institucional são utilizadas como instrumento no processo de ensino aprendizagem na escola.

Como objetivos específicos elencamos:

- Descrever diferentes tipos de Avaliação Externa;
- Destacar a importância da Avaliação Institucional como instrumento para a promoção da aprendizagem e revisão do Projeto Político Pedagógico da Escola;

- Especificar quais avaliações externas são aplicadas na escola;
- Descrever como e se é feita a Avaliação Institucional na escola;
- Investigar se as ações desenvolvidas pela escola estão direcionadas ao Projeto Político Pedagógico;
- Citar atividades desenvolvidas pela escola, com base nas Avaliações Externas e Institucional, que visem promover a aprendizagem e melhoria do ensino.

As Avaliações Externas e Institucional são instrumentos que devem ser utilizados pela equipe gestora e corpo docente para subsidiar a organização do trabalho escolar, com vistas ao aperfeiçoamento de ações administrativas e pedagógicas capazes de propiciar uma aprendizagem de qualidade aos alunos.

Na Secretaria de Educação do Distrito Federal, as instituições de ensino, públicas e privadas, são submetidas, como todo o país, às avaliações elaboradas pelo MEC – Ministério da Educação e Cultura, compondo um ranking que classifica quantitativamente a qualidade do ensino, obedecendo a demandas impostas pela globalização.

A Avaliação Institucional das escolas configura necessidade real, pois é onde pode ser revista qualidade do ensino que está sendo ofertado, conforme prevê a Lei 4751/2112, que dispõe sobre a Gestão Democrática nas escolas da rede de ensino público do Distrito Federal.

Baseado nisso, buscou-se investigar o uso desses instrumentos (avaliações externas e institucional) em uma escola pública do DF- Centro Educacional do Lago Norte (CEDLAN), como recursos para o desenvolvimento de práticas que venham a efetivar a participação dos principais sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem – os alunos.

Este texto está organizado em 05 (cinco) partes, sendo a introdução a primeira e nela encontra-se uma apresentação da temática, o problema, os objetivos (geral e específicos) e a justificativa desta pesquisa.

Em seguida, é apresentada a metodologia utilizada para a realização da investigação.

Apresentamos então o Referencial Teórico que servirá de base teórica para o trabalho de coleta e análise de dados e por fim, as considerações finais a respeito da pesquisa desenvolvida.

Realizamos um estudo de caso, conforme orientação da tutora, utilizando os dados obtidos em pesquisa realizada na escola da rede pública do Distrito Federal citada acima, focalizando a importância da avaliação (externa ou interna), no processo de gestão.

2 METODOLOGIA

A escola selecionada para efetuar a pesquisa é a Escola Classe Varjão, situada à Estrada Parque Paranoá Norte – Quadra 07, lote 02 no Varjão do Torto, que pertence à CRE do Plano Piloto. A escola atende a alunos que frequentam a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, séries Iniciais. A comunidade é bastante carente. Em sua maioria, possuem um nível de escolaridade baixo. É composta por muitos nordestinos. As mulheres se ocupam com a função de empregadas domésticas. Os homens trabalham como caseiros ou desenvolvem atividades liberais sem muitas especialidades. A escola conta com vários materiais para auxiliar nas atividades pedagógicas, entre os quais: computador, impressora, Xerox, Data Show, TV, DVD, Multimídia e acesso à internet pelo MEC. Além disso, possui uma biblioteca. Lá, parceiros da escola do Rotary Clube do Lago desenvolvem um projeto de Leitura com alunos do 2º e 3º anos do Ensino Fundamental. A escola obteve índices na média nas avaliações Prova Brasil, Provinha Brasil e irá realizar nos próximos dias a ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização, segundo relato da diretora Cláudia.

Ao procurar a direção da E. C. Varjão, situada na periferia da cidade do Lago Norte, em Brasília, Distrito Federal. No dia 14 de abril de 2014, após vários contatos telefônicos, fui recebida pela diretora Cláudia. Expliquei o objetivo da pesquisa e mostrei os questionários que desejava aplicar à equipe gestora e aos alunos. Ao ler as perguntas do questionário dos discentes, a diretora disse que os seus alunos não possuíam “preparo” suficiente para responder as perguntas, mesmo os alunos de 5º ano, que eram os “escolhidos” para a pesquisa. Ela relatou que estava elaborando o Projeto Político Pedagógico da escola e mostrou alguns questionários que havia enviado aos pais dos alunos, com questões de múltipla escolha para que eles respondessem. Não foi permitido o acesso a esse questionário. Havia também, segundo a diretora, algumas propostas elaboradas pelos professores. Também não foi permitido o acesso a essas informações. Surgiu a indicação, pela diretora, de uma outra instituição para realizar a pesquisa. Não foi relatado quais as últimas avaliações externas efetuadas na escola e nem os índices alcançados.

A pesquisa foi redirecionada para o CELAN, Centro de Ensino Fundamental do Lago Norte, na mesma cidade. O diretor, Senhor Wilson, disse que não seria possível a realização daquele trabalho na escola pois, embora a instituição tenha alunos atendidos nas séries finais do ensino fundamental, eles não tinham “conhecimento” sobre o Projeto Político Pedagógico lá desenvolvido. Surgiu a orientação para procurar uma instituição de ensino médio próxima dali, o CEDLAN – Centro Educacional do Lago Norte. Novamente a pesquisa foi redirecionada e o material, deixado na escola para ser aplicado aos alunos.

O objeto da pesquisa serão os índices obtidos pela escola nas últimas Avaliações Externas e a relação desses resultados com o Projeto Político Pedagógico e a Avaliação Institucional feita pela comunidade escolar. A investigação/pesquisa seguirá o enfoque fenomenológico, uma vez que descreverá o contexto social e cultural na qual a escola está inserida, buscando fazer uma interpretação subjetiva dos fatores que podem estar relacionados ao desempenho escolar dos alunos. Não haverá intervenção de qualquer natureza na pesquisa a ser realizada, o que descarta o enfoque materialista histórico dialético.

Será utilizada uma abordagem quanti-qualitativa, que descreverá o desempenho dos alunos diante dos índices obtidos nas avaliações externas, quantificando assim as informações e buscará estabelecer uma visão subjetiva dos fatores sociais que possam influenciar no aprendizado dos educandos.

O tipo de pesquisa a ser empregado na investigação proposta é a pesquisa de campo, na qual será realizada a coleta de dados através de entrevista junto ao gestor da unidade escolar (apêndice A), e também uma pesquisa por amostragem com a aplicação de questionário aos alunos (apêndice B), buscando investigar se a escola realiza a Avaliação Institucional em função dos índices alcançados pela instituição nas Avaliações Externas, com vistas a promover melhoria nas ações administrativas e pedagógicas, visando a uma melhor aprendizagem dos alunos.

Como base epistemológica, recorreu-se a Edmund Husserl que consolidou a fenomenologia como linha de pensamento no início do século XX. Husserl define a fenomenologia como ciência dos fenômenos. Para ele, a fenomenologia assume papel de um método ou modo de ver a essência do mundo e de tudo que há nele.

A pesquisa fenomenológica, segundo MASINI:

“parte da compreensão de nosso viver – da compreensão que orienta a atenção para aquilo que se vai investigar. Ao percebermos novas características do fenômeno, ou ao encontrarmos no outro, interpretações ou compreensões diferentes, surge para nós uma nova interpretação que levará a outra compreensão. (MASINI, 2004, p.63).

Para o autor, o enfoque fenomenológico apresenta consistência e legitimidade em estudos científicos que enfatizam a experiência vivida do homem. O fenômeno vivido ou investigado deve ser interpretado, e não apenas descrito.

O enfoque fenomenológico apresenta-se como a trajetória que será percorrida pelo pesquisador a partir de questionamentos feitos ao fenômeno, fazendo com que ocorra “um envolvimento pessoal do pesquisador no mundo dos sujeitos da pesquisa”. (FINI, 1997, p. 29).

Objetivos do enfoque fenomenológico (MASINI,1997):

- Compreender o fenômeno para relatar como este funciona;
- Compreender o fenômeno por inteiro, ou seja, como ele surge para o pesquisador nas suas múltiplas formas;
- Perceber a ciência como um processo de pesquisa que se inicia com uma interrogação de preocupação com o fenômeno a ser pesquisado e tem uma metodologia específica para ser investigada que compreende as singularidades do fenômeno.

Características do enfoque fenomenológico. (FINI, 1997):

1.Descrição do fenômeno;

A investigação deve partir das coisas e dos problemas (antes de qualquer experiência, o pesquisador devem despir-se de preconceitos e pressupostos em relação aquilo que está interrogando. (MARTINS, 1990):

2. Os fatos devem ser apresentados de modo absoluto e imediato (evidência apodíctica);

3.Intencionalidade que parte do eu e invade temporariamente os dados materiais. Unificando-os em ordem à constituição de designação do objeto enquanto consciente e significado;

4.Intersubjetividade na interpretação do fenômeno.

Segundo MASINI (2004), as etapas de execução fenomenológica são:

Primeiro momento: é chamado de “pré-reflexivo”; algo que o pesquisador quer conhecer;

Segundo momento: é chamado de “epoché” pelos estudiosos do método fenomenológico. Neste momento, o pesquisador suspende suas concepções conceituais sobre o fenômeno que está sendo pesquisado. É o encontro do pesquisador com o fenômeno.

Terceiro momento: deve-se estabelecer uma região (público) para investigação. Prioriza as várias maneiras (formas) de se estudar um fenômeno objeto da pesquisa.

A pesquisa de natureza fenomenológica aborda as percepções dos sujeitos e destaca o significado dos fenômenos para as pessoas.

A avaliação da educação básica no Brasil é feita através do “SAEB – (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), conforme consta no endereço: portal.mec.gov.br. Dentre as avaliações realizadas no Brasil, podemos citar: o ENCCEJA (Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos); Prova Brasil; Exame Nacional do Ensino Médio – (ENEM) e a Provinha Brasil”. (WERLE, 2010, p. 26-27).

O SAEB teve sua primeira aferição em 1992, mas ele foi criado formalmente em 27 de dezembro de 1994. Segundo Freitas (2007), o SAEB foi organizado sobre os eixos da democratização da gestão, valorização do magistério e qualidade de ensino e desde a sua criação sofreu várias alterações, perdendo-se do seu referencial, que era de uma avaliação com base na formação de competência avaliativa. Até 1994, as Secretarias de Educação dos municípios e dos estados é que faziam a pesquisa de campo, o tratamento e a análise.

Em 1995, os procedimentos de avaliação dos sistemas de ensino passaram a ser realizados com empréstimos do Banco Mundial. Definiu-se então terceirização de operações técnicas e o Ministério da Educação passou apenas a definir os objetivos gerais do sistema de avaliação (WERLER, 2010, p. 27).

O SAEB é aplicado a cada dois anos com a realização de provas de Português e Matemática, juntamente com questionário socioeconômico. Tem a

finalidade de realizar um diagnóstico da educação brasileira, identificando fatores que possam interferir no desempenho do aluno, fornecendo informações sobre a qualidade do ensino proposto. O SAEB é composto por duas avaliações complementares:

A ANEB (Avaliação Nacional da Educação Básica), com abrangência, por amostragem, dos rendimentos dos estudantes das redes públicas e privadas do país, matriculados no 5º e 9º anos do ensino fundamental (ou 4ª e 8ª séries) e também no 3º ano do ensino médio. A divulgação dos resultados é feita a cada Unidade da Federação, Região e para o país;

A ANRESC (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar), também denominado de Prova Brasil, é uma avaliação aplicada a alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, em escolas com, no mínimo, vinte alunos matriculados por série. Os resultados são divulgados por escola, município, Unidade da Federação e país, que serão usados para o cálculo do IDEB. (Índice de Desenvolvimento Básico). A 1ª (primeira) edição foi aplicada em 2005. ANEB E ANRESC ocorrem a cada dois anos.

O ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos), foi instituído em 2002. Trata-se de uma avaliação voluntária e gratuita oferecida a jovens e adultos, para aferir competências, habilidades e saberes adquiridos tanto na escola quanto no contexto social. Tem por objetivo primordial construir uma referência nacional de educação para jovens e adultos.

A Provinha Brasil teve sua primeira aplicação em 2008. É uma avaliação que tem por objetivo diagnosticar o nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano do ensino fundamental das escolas públicas do país. Ocorre sempre em duas etapas: no início e ao término do ano letivo. Não possui natureza classificatória, apenas pedagógica. Oferece informações acerca do processo de alfabetização aos professores e gestores. Tem objetivos de avaliar o nível de alfabetização dos alunos nos anos iniciais do ensino fundamental e traçar um perfil de prováveis carências na aquisição de habilidades de leitura e escrita.

A ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização se insere no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, instituído pela Portaria nº867 de 04 de julho de 2012, tem como um de seus objetivos “garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental”. O

principal objetivo dessa avaliação é concorrer para a melhoria da qualidade do ensino e reduzir as desigualdades no ciclo de alfabetização. É realizada anualmente.

As avaliações elaboradas pelo MEC trazem uma visão geral da instituição, contextualizada conforme o perfil socioeconômico, não mensurando, necessariamente, o nível de aprendizagem adquirido pelos alunos da instituição.

Segundo Esteban:

... a formulação da proposta está desarticulada do cotidiano escolar, não considera suas peculiaridades, os diferentes contextos sociais e as culturas em que as crianças vivem e nas quais as escolas se inscrevem. Desaparece a dimensão sócio-histórica das dinâmicas escolares e da composição de seus resultados. Há, portanto, um grande distanciamento entre os resultados obtidos e os sujeitos que os produzem. (ESTEBAN, 2009, p. 49).

A avaliação externa é realizada por instrumentos unificados, para mediação e controle por parte do Estado e que não medem a aprendizagem adquirida pelo aluno.

O ENEM (Exame Nacional do Exame Médio), é uma avaliação unificada, realizada em todo o país. Foi criado em 1998, tem como principal objetivo avaliar as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos no ensino médio e democratizar o acesso às vagas oferecidas por instituições federais de ensino superior. Torna possível a mobilidade acadêmica e oferece subsídios para a reformulação dos currículos do ensino médio. Trata-se de um exame individual, voluntário realizado ao final do ensino médio. A nota do ENEM é usada como parâmetro para o ingresso no ensino superior de instituições privadas e parte das universidades públicas. Esta avaliação fornece informações que subsidiam mudanças no currículo do ensino médio, compondo de maneira informal, um ranking das instituições que oferecem essa modalidade de ensino. Evidencia-se aqui uma avaliação individualizada do aluno por suas competências. Apresenta características de vestibular. O ENEM possibilita também a participação em programas do governo de bolsas de estudo, como o PROUNI (Programa Universidade para todos).

O Exame Nacional de Cursos, conhecido também como Provão, vigorou entre 1996 e 2003, coordenado pelo MEC. Era aplicado aos formandos dos diversos cursos superiores, cuja média obtida pelo aluno servia de base, entre outros, para o credenciamento de cursos e instituições de ensino superior. O Provão foi substituído por uma Auto-Avaliação Institucional em 2004 e pelo IGC (Índice Geral de Cursos) em 2008, coordenado pelo MEC. O IGC, de maior complexidade, passou

a considerar a nota do ENADE (Exame Nacional de Desempenho do Estudante), o IDD (Índice de Diferença de Desempenho) e a nota Institucional, onde está inserido o cadastro dos professores e o conceito que lhes são atribuídos pelos alunos. A soma desses parâmetros (Enade = 40% + Idd = 30% + Avaliação Institucional = 30%) compõe uma nota de um a cinco, criando um ranking. As instituições que obtêm nota menor ou igual a dois são vistoriados pelo MEC, que então revê o reconhecimento de cursos que tenham sido mal classificados.

Os conceitos atribuídos aos cursos obedecem à seguinte classificação:

- Conceito 1 = 0 a 94 pontos;
- Conceito 2 = 95 a 194 pontos;
- Conceito 3=195 a 294 pontos;
- Conceito 4 = 295 a 394 pontos;
- Conceito 5 = 395 A 500 pontos.

O conceito atribuído à Avaliação da Instituição obedece aos parâmetros da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que cuida dos mestrados e doutorados, com notas de um a sete.

O ENADE (Exame Nacional de Desempenho do Estudante) é um processo em que alunos do primeiro e último ano de alguns cursos superiores escolhidos anualmente, são sorteados para realizar uma avaliação com questões de múltipla escolha, em sua maioria, e também questões dissertativas. Essa avaliação mede a formação geral do aluno, tendo questões unificadas para todos os cursos, e também a formação específica. Alunos do primeiro e último ano são avaliados com as mesmas questões e as notas servem de parâmetro para o IDD (índice de Diferença de Desempenho).

O IDD é a média ponderada do desempenho dos alunos de curso superior do primeiro e do último ano de determinado curso, convertida em porcentagem de progresso e, em seguida, em pontuação.

Em 26 de janeiro de 2010 é instituído o SISU (Sistema de Seleção Unificada), coordenado pelo Ministério da Educação – MEC, que tem por objetivo fortalecer e institucionalizar o ENEM. O SISU é o sistema informatizado, por meio do qual são selecionados candidatos a vagas em cursos de graduação oferecidas pelas instituições públicas de educação superior participantes. A seleção é feita tomando-

se como base exclusivamente os resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio.

O PISA – Programa Internacional de Avaliação de Alunos, é desenvolvido e coordenado pela OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. No Brasil, é de responsabilidade do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. As provas são aplicadas a cada três anos a alunos na faixa etária de 15 (quinze) anos, idade que subentende-se ter os alunos que já alcançaram a conclusão da educação básica nos países participantes. Junto com as provas de Leitura, Matemática e Ciências, são aplicados questionários para as escolas e para os alunos, para formar indicadores contextuais, conforme a localização da instituição. O objetivo do PISA é fornecer indicadores para que se possa discutir a qualidade da educação nos países participantes do programa, visando implementar políticas para melhorar a educação básica.

3 AVALIAÇÃO SISTÊMICA E INSTITUCIONAL COMO RECURSOS PARA A APRENDIZAGEM

Desde os anos 50, a avaliação foi recomendada como um dos principais recursos para os países conhecerem e administrarem a educação básica em seus territórios.

A UNESCO, através da obra *L'éducation dans Le monde*, publicada entre 1954 e 1959, no volume V: *Politique, législation ET administration de l'éducation*, faz uma recomendação expressa da avaliação educacional aos países em desenvolvimento, justificando o seu uso para obter informações relevantes sobre os problemas educacionais.

A Primeira Conferência Internacional de Pesquisas Educacionais, realizada em Atlantic City, Nova Jersey, de 13 a 21 de fevereiro de 1956, também abordou o tema, buscando indicar alianças no campo da cooperação.

A Avaliação educacional no contexto internacional, foi impulsionada a partir da influência da avaliação educacional nos Estados Unidos, com a aprovação do *Primary and Secondary Education Act*, em 1965, e com a publicação do Informe Coleman em 1968.

Organismos internacionais como a *International Association for the Evaluation of Educational Achievement* – IEA – e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, foram criados para promover e realizar estudos internacionais sobre a avaliação educacional, com objetivo de construir indicadores internacionais de qualidade da educação.

O interesse, nos anos de 1980, pela avaliação de sistemas educacionais levou vários países do mundo à elaborarem indicadores nacionais de educação, tendo como motivação, segundo Ferrer: “a pressão das mudanças contextuais nos sistemas de ensino, mudanças nos modos de administração e controle dos sistemas de ensino; demanda social de informação e prestação de contas e novo modelo de gestão educacional”. (FERRER, 1996).

Realizou-se várias experiências com relação à avaliação do sistema educacional, buscando uma associação do rendimento escolar a vários fatores: região do país, classe social, condições da escola, da família, etc.

As avaliações foram surgindo a partir de reformas educacionais implantadas pelos governos, objetivando monitorar a educação básica e superior, de forma que o Estado pudesse interferir nos resultados, induzindo as instituições ao nível de qualidade pretendida.

Afonso argumenta que:

o Estado vem adotando um ethos competitivo, passando a admitir a lógica do mercado, através da importação para o domínio público de modelos de gestão privada, com ênfase os resultados ou produtos dos sistemas educativos. (AFONSO, 2000, p. 49).

Com o advento do capitalismo houve uma redução de gastos com o setor público, induzindo-se à criação de mecanismos de controle para criar padrões tecnológicos capazes de competir no âmbito internacional. O produto passou a ser mais valorizado que o processo. E para se manter o produto no nível de satisfação desejado há a necessidade de um controle por parte dos governos para que as metas quantitativas sejam alcançadas. O sistema nacional...

...busca nas avaliações externa uma metodologia que o fotografe sob um ponto de vista amplo, que lhe apreenda certas características, que lhe desenhe um perfil e que possa ser utilizado para mobilizar esforços no sentido de seu aperfeiçoamento. (WERLE, 2010, p.22-23).

A avaliação em larga escala tem um foco bem definido, que é o de prestar contas à sociedade sobre a aplicação do dinheiro público e o trabalho desenvolvido pelas instituições escolares. A pesquisa na área da educação no Brasil, sofreu forte impulso nos anos de 1950. Anísio Teixeira, em seu discurso de posse como então diretor do INEP, afirmou em 04 de julho de 1952 que o órgão teria como compromisso "... tentar uma tomada de consciência da marcha da expansão educacional brasileira, examinar o que foi feito e como foi feito, proceder a inquéritos e experimentar medir a eficiência ou ineficiência de nosso ensino".

A constituição de 1988, em seu artigo 209, impõe como condição para o ensino pela iniciativa privada, a avaliação da qualidade pelo poder público. Como a própria Constituição fundamenta-se em princípios liberais, submeter a iniciativa privada à avaliação do Poder Público supõe antes que esta ocorra no ensino público.

3.1 A Avaliação Institucional

Na sociedade da informação e do conhecimento, a necessidade da formação contínua e competente das pessoas torna-se cada vez mais crescente. Com isso, a escola precisa rever e melhorar continuamente o seu currículo, de forma a oferecer um bom trabalho a seus alunos, conforme as demandas que vão enfrentar na sociedade.

A avaliação constitui-se uma estratégia fundamental de gestão. Assim, o trabalho educacional não pode ser realizado sem estar associado a processos de avaliação que envolvam ações orientadas para:

- Verificar em que medida os resultados propostos pela escola estão sendo obtidos e quais são as áreas e condições em que são registradas maiores dificuldades ou facilidades em fazê-lo, de modo a reforçar os aspectos positivos e rever as condições de limitações e dificuldades;
- Tomar decisões bem informadas e objetivas sobre a manutenção ou revisão de ações e processos realizados, superando a tomada de decisões orientada por impressões e opiniões baseadas em subjetividades e opiniões formadas a esmo e orientadas pelo senso comum;
- Prestar contas, de maneira clara e transparente, aos pais, à comunidade, à sociedade e a mantenedores, a respeito de como a escola tua e como realiza os seus objetivos sociais, condição pela qual demonstra sua responsabilidade social e a compartilha com a sociedade;
- Criar uma cultura caracterizada pela ação-observação-registro-reflexão-reorganização fundamentada pelo espírito de pesquisa-ação aplicado a suas práticas.

A avaliação institucional é uma estratégia fundamental e imprescindível para a melhoria da qualidade de ensino pretendida, uma vez que abrange todas as

dimensões de atuação da escola e interação entre elas, com foco na formação e aprendizagem dos alunos, tanto no momento presente como evolutivamente.

A avaliação institucional é meio pelo qual se pretende garantir melhores ações educacionais, contribuindo direta e efetivamente para a melhoria da capacidade da escola em promover seus objetivos educacionais por meio de gestão escolar mais efetiva, promovendo assim o cumprimento da responsabilidade social da escola. Para que se crie na escola uma cultura de avaliação da instituição, a liderança de seus diretores é imprescindível, levando em consideração a cultura local vigente, de modo a superar gradualmente resistências à essa prática, comumente considerada como ameaça. A avaliação institucional consiste num processo sistemático, abrangente e contínuo de observação, coleta e análise de dados, interpretação e julgamento da realidade e prática escolares, em seus desdobramentos e interações, tendo por objetivos contribuir para a melhoria contínua do trabalho educacional.

3.2 Avaliação da Educação em Escala (Sistêmica) no Contexto Nacional

A “avaliação nacional” da educação básica existiu de 1987 a 1990 na forma de programa do MEC e era denominado Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1 grau – SAEP. Esse programa deu origem a partir de 1992, ao Sistema de Avaliação da Educação Básica, SAEB. Tal atuação do MEC teve sua regulamentação legal editada pela Medida Provisória n. 661 de 18.10.1994. Esta foi reeditada sob o n. 711 em 17.11.1994 e n. 765 em 16/12/1994. Cabe então ao MEC, entre outras atribuições, a “avaliação da qualidade do ensino”.

A lei 9131 de 24/11/1995, centraliza a avaliação do ensino no MEC e retira do Conselho Nacional de Educação as incumbências relativas a ela até então.

A Emenda Constitucional nº 14 de 12/09/1996 trouxe mudanças substanciais à administração da educação básica no Brasil. Seguiu-se a esta a sanção da Lei 9394 de 20/12/1996 – (LDB/96), que veio a tornar-se solução para os embates ocorridos durante o longo processo de elaboração da qualidade do ensino em escala nacional. O artigo traz a seguinte redação:

Art 9. A União incumbir-se-á de:

V – coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VII – assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino.

A LDB/96 estabeleceu também no seu art. 87 (3, inciso IV), como dever dos municípios, dos estados e da União, a integração de todos os estabelecimentos de ensino fundamental ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar até o final da Década da Educação (1997-2007).

3.3 Avaliações Externas e Institucional: Instrumentos Para a Melhoria da Aprendizagem dos Estudantes

A cobrança da sociedade pela transparência nas ações do governo coloca professores, gestores e alunos numa situação muitas vezes desconfortante quando o assunto refere-se aos resultados de seus desempenhos. A interpretação de avaliações de larga escala tende a gerar competição, o que certamente aumenta as desigualdades sociais, levando à exclusão dos alunos, causando o abandono e a evasão escolar. Não raro, as escolas que realizam a avaliação institucional têm a iniciativa de elaborar instrumentos de coleta de dados, buscando conhecer aspectos do processo educacional sem ter objetivos definidos. Esse procedimento leva à produção de dados descontextualizados, resultando numa prática avaliativa sem perspectiva de mudanças, como deveria ser o caráter da avaliação. É necessário organizar condições para se efetivar a avaliação institucional, ou seja, elaborar um planejamento. Isso contribui para a compreensão integrada e interativa dos elementos que estão sendo avaliados: a natureza do processo educacional a ser avaliado; por que deve ser avaliado; quem fará a avaliação e quem será beneficiado; como será feita a avaliação e em que circunstâncias; quem utilizará os resultados da avaliação e de que forma. Essa visão interativa coloca a avaliação numa perspectiva responsável e consequente, uma vez que avalia-se para compreender, fundamentar uma ação mais competente e promover avanços, melhoria e desenvolvimento da qualidade do ensino. Nesse sentido, a Avaliação Institucional vem a ser a instância mediadora entre a avaliação da aprendizagem e a avaliação do sistema.

Sobrinho considera que:

... a avaliação deve construir os campos sociais de discussão e valoração a respeito dos processos, contextos, produtos, objetivos, procedimentos, estruturas, causalidades, metas de superação, condições de produção das atividades educativas, sentidos e impactos na formação dos cidadãos e na construção da sociedade democrática. (Sobrinho, 2008, p. 194).

É de suma importância que os resultados da avaliação do sistema sejam analisados visando o desenvolvimento de ações que ofereçam um ensino de qualidade. Essas ações só poderão ser desenvolvidas realizando-se a avaliação institucional.

Segundo Sousa:

...a avaliação se constitui em um processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar as tomadas de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar. Como tal, a avaliação compreende a descrição, a interpretação e o julgamento das ações desenvolvidas, resultando na definição de prioridades a serem implementadas e rumos a serem seguidos, tendo como referências os princípios e as finalidades estabelecidos no Projeto da Escola, ao mesmo tempo em que subsidia a sua própria redefinição. (SOUSA, 1995, p. 63).

Faz-se necessário observar algumas características para o processo da avaliação institucional:

- democracia** – todos os integrantes da comunidade escolar tem capacidade de exercer seu papel no processo de transformação da educação;
- a abrangência** – a avaliação deverá ser feita em todos os que compõem a comunidade escolar, desde gestores, professores, funcionários e também em todos os setores, incluindo-se os recursos físicos e materiais que estão disponíveis na instituição;
- a participação** – todos os envolvidos no processo de avaliação, direta ou indiretamente, devem participar das diversas etapas com vistas a definição de ações norteadoras;
- continuidade** – é uma prática dinâmica de investigação integrando o planejamento escolar um uma dimensão educativa (SOUSA, 1995, p.64).

Sirotnick enfatiza que:

... a escola é um lugar idôneo onde os educadores podem trabalhar juntos para enfrentar situações difíceis e consolidar boas ideias no ensino. A escola é o lugar onde a reflexão crítica não é uma dialética passiva, e sim um paradigma de conhecimento e “re-conhecimento” dentro de um contexto de ação. A escola é mais do que um lugar onde se ensina a pensar criticamente: também é o lugar para pensar criticamente sobre a educação. (SIROTNICK apud ÂNGULO, 2007, p. 128).

A escola não pode ser vista sem se considerar o seu contexto, desgarrada da sua realidade social. A avaliação da qualidade de seu ensino decorre de vários fatores internos e externos que não podem ser esquecidos ou silenciados pelas políticas públicas que determinam metas verticalmente fixadas a serem alcançadas pelos sistemas de ensino.

A avaliação institucional necessita ser participativa, tendo a adesão de todos os integrantes da equipe escolar a projetos de qualificação de ensino, qualificação de gestão e tantos outros que possam impulsionar a instituição para alcançar suas metas e aperfeiçoar a qualidade do ensino que está ofertando.

O desenvolvimento de ações educativas traçadas a partir da avaliação institucional reflete diretamente nos resultados de avaliação de larga escala. Como exemplo, citamos abaixo duas escolas da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

A Escola Classe 39 de Taguatinga alcançou 6,8 pontos no IDEB (Aqui DF, CIDADES de 08/09/2013). A equipe gestora informou que elabora o Projeto Político Pedagógico da escola alongo prazo, de acordo com as necessidades dos alunos. Informou também que realiza com os professores um diagnóstico periódico, visando identificar falhas para desenvolver intervenções que elucidem os erros que foram detectados. A escola adota questionários que são respondidos por professores, pedagogos, pais e alunos. Em seguida, é feita uma avaliação das respostas para a elaboração de ações que visem trabalhar o que foi detectado como necessidade pela equipe escolar. A diretora informou que foi através dessa prática que a equipe identificou certa deficiência no aprendizado de matemática. Assim, a equipe gestora matriculou os professores em um curso na Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE). O resultado foi animador para todos! Os professores conheceram novos métodos de ensinar e incentivar os alunos e esses foram melhorando o seu desempenho.

A EC 314 Sul alcançou 7,1 pontos na Provinha Brasil, um índice acima da média do Distrito Federal (5,7) e do Brasil (5,0). (Aqui DF, CIDADES, 08/09/2013).

A diretora destaca o empenho de toda a equipe escolar e a participação da família dos alunos no ensino, como um dos pilares para o sucesso alcançado. O esforço e compromisso conjunto é colocado num trabalho diário, visando a aquisição de uma aprendizagem integral pelos alunos, de forma que adquiram conhecimentos e habilidades para conduzir suas vidas.

Cada instituição tem sua “identidade” própria, fruto do contexto social onde está inserida. Não se constitui como um cenário estável, com função social única. A avaliação Institucional deve ser inserida no processo do trabalho escolar. Tal prática facilita a visão, por parte da equipe de professores, de forma pedagógica e política de algo que pode se tornar, se mal interpretado, um instrumento de resistência nas escolas.

A avaliação institucional deve orientar a reflexão do grupo sobre a análise de processos externos de avaliação, traçando metas a serem alcançadas, respeitando o que prevê o Projeto Político Pedagógico da escola. A reação aos dados dos processos de avaliação do sistema não podem se traduzir apenas em uma negação das informações, pois isso gera a resistência à mudanças. É necessário uma avaliação dos resultados, com vistas a buscar evidências que sustentam as informações e assumir a maturidade para discutir mudanças, considerando realidade onde a escola está inserida, a clientela que atende e os objetivos definidos no PPP da instituição.

É necessário aprender a avaliação institucional. Isso requer disposição para participar, formar vínculo com um projeto de cunho coletivo, posicionando-se criticamente frente aos resultados de avaliações externas. A função de avaliar a escola deve ser atualizada, buscando superar os obstáculos e resultados, sem contudo se omitir do compromisso com os alunos, especialmente aqueles menos favorecidos, para quem a instituição deve fazer a diferença. É necessário que a análise de resultados de avaliações externas não se tornem apenas informações estatísticas, mas que forneçam “combustível” para ações que viabilizem a melhora na qualidade do ensino.

É preciso um olhar mais reflexivo para construir coletivamente uma cultura avaliativa ponderando a atuação de professores e demais profissionais da educação que trabalham na escola. Todos devem ser avaliados e todos devem avaliar. É ter como foco não apenas o estudante, mas também o

professor e a escola, integrando a avaliação da aprendizagem à avaliação da instituição educacional como um todo, possibilitando um momento de conhecimento e compreensão dos fatores associados ao êxito ou fracasso dos programas, projetos, planos, currículos. (BELLONI; MAGALHÃES; SOUSA, 2003).

Sem a avaliação, torna-se difícil o monitoramento e a interferência nas ações desenvolvidas pela escola, visando alcançar um ensino de qualidade. O que se pretende justificar aqui é o “valor” educativo das avaliações. Avaliar faz parte do trabalho docente e é prática já incorporada pelos alunos e suas famílias. O trabalho docente tende a ser considerado de uso restrito na sala de aula, até mesmo pela equipe gestora da escola, que considera o professor como sendo o seu protagonista. Essa cultura colabora para a resistência por parte dos professores, à implementação de práticas e ações inovadoras que podem trazer mudanças quando a avaliação externa não apresenta bons índices. Quando os docentes deixam de ser avaliadores e passam a ser também avaliados, devem tomar como desafio a prática de ações que visem aperfeiçoar o seu trabalho, para acrescentar qualidade ao processo de ensino.

Sabe-se que as mudanças nas políticas públicas de educação são fortemente regidas pelos índices econômicos e que esses traduzem a educação em números, enfatizando o aspecto quantitativo da aprendizagem, em prejuízo do qualitativo. Diante disso, torna-se necessário que os cursos de formação de docentes, iniciais e de extensão, trabalhem o “valor” educativo das avaliações, criando uma postura madura nos profissionais da educação. Necessita-se “ensinar” a interpretar a avaliação para que se estabeleçam relações com esta atividade tão importante para a vida das escolas e das pessoas.

As reformas educativas elegeram a avaliação como bandeira em prol da qualidade de ensino. A avaliação externa busca subsídios para orientar ações nos sistemas de ensino, perseguindo um padrão de qualidade. Lima destaca que: “as escolas carregam dentro de si o germe da auto-organização. Seus integrantes têm autonomia e utilizam seus recursos em prol de um projeto como o qual se identificam”. (LIMA, 2008).

Discutir a avaliação externa com professores, inserindo-a como parte do trabalho pedagógico é de suma importância, pois esta pode ser contestada sem que se perca a relevância dos seus resultados, no contexto político e pedagógico. Assim,

a avaliação externa não passará mais a ser vista como produto pontual e sim como processo do trabalho pedagógico compartilhado.

Ao orientar a reflexão do corpo docente sobre os índices escolares, a avaliação ajuda a recuperar os referenciais de qualidade, fazendo surgir avanços, hipóteses, indispensáveis ao processo de tomada de decisão rumo ao desenvolvimento qualitativo do projeto político pedagógico da escola. Discutir resultados da aprendizagem dos alunos deve ir além do exame das notas que eles alcançaram. É necessário observar a mediação pedagógica que foi realizada e os fatores contextuais intra e extraescolares que, em alguma medida, agem sobre o processo educativo. O ensino da avaliação aos professores requer ações que façam com que esta auxilie a aprendizagem dos alunos. Cuidados pedagógicos na forma de ensinar a planejar e desenvolver a organização do trabalho escolar são importantes, já que a avaliação externa reflete a realidade escolar e social e precisa ser problematizada pelos profissionais da educação. Aprender a se relacionar com a avaliação nos cursos de formação de professores, amplia as possibilidades de atuação destes nas escolas onde vierem a trabalhar. Tal aprendizagem é um saber essencial para dispor de argumentos quando da interpretação dos resultados da avaliação externa, qualificando os docentes para dialogar sobre as informações.

Quando processos externos de avaliação “invadem” as escolas e encontram professores e equipes gestoras desarmados para traduzir seus significados, o prejuízo maior recai sobre os alunos. A reação que se espera aos índices das avaliações externas, implica saber buscar as evidências que sustentam as informações e discuti-las perante a realidade social. Ao utilizar a avaliação institucional para rever o projeto político pedagógico da escola e o planejamento individual, o docente desenvolve uma interpretação analítica dos resultados das avaliações externas da instituição.

3.4 Interlocução com os Colaboradores

As informações abaixo foram colhidas com o coordenador do turno matutino (Sr. Jaime) e a ex-diretora da escola (Sra. Gleidsmar), devido a ausência do gestor (diretor).

A escola pesquisada, (CEDLAN), situa-se no SHIN, Centro de Atividades 2, lote 24, área especial, no Lago Norte, Brasília - Distrito Federal. Atende, no total,

1089 alunos distribuídos nos turnos matutino, vespertino e noturno. A escola oferece as seguintes modalidades de ensino: Ensino fundamental – séries finais, com 09 (nove) turmas; ensino médio, com 12 (doze) turmas e EJA – 3º segmento, com 04 turmas. A maioria dos estudantes são filhos de caseiros e profissionais do lar que trabalham no Lago Norte. A faixa etária dos alunos varia entre 12 a 14 anos, no ensino fundamental, de 14 a 17 no ensino médio e acima de 20 anos, na EJA – Educação de Jovens e Adultos.

Segundo informado, o perfil sócio econômico dos alunos é característico das classes C e D. Eles não tem acesso à cultura, mas a maioria tem acesso à internet. A maior parte dos alunos, (98,00%), mora a cerca de 5 (cinco) quilômetros de distância da escola. Os demais moram em comunidades mais distantes.

O coordenador relatou que a escola nãoenfrenta problemas com violência e que a comunidade onde está situada é tranquila, embora as comunidades onde os alunos residem não apresentem a mesma característica.

Foi relatado que as famílias dos alunos, sempre que convocadas, comparecem às reuniões.

A escola desenvolve dois projetos que se destacam: a Feira cultural e a Gincana solidária.

A Feira cultural é um projeto desenvolvido desde a fundação da escola e consiste em atividades culturais desenvolvidas pelos alunos (teatro, dança, apresentações, etc).

A Gincana solidária é um projeto desenvolvido desde 2004. Tem o objetivo de arrecadar alimentos para serem doados às famílias mais carentes da região. Cerca de 200 (duzentas) cestas básicas são montadas pelos alunos e são eles mesmos que escolhem as famílias carentes que irão recebê-las.

Os dois projetos têm a participação maciça dos estudantes.

Dos 127 (cento e vinte e sete) questionários entregues, apenas 81 (oitentae um) sujeitos da pesquisa responderam, ou seja, 7, 43% do total de alunos (1089).

Sobre o Projeto Político Pedagógico da escola, 75 alunos disseram não conhecer, não ter ouvido falar. Isso corresponde a 92,59% dos questionários respondidos. Quatro (4) alunos responderam de forma incorreta, ou seja, 4,93%; e apenas 2 alunos responderam de forma satisfatória, porém, incompleta, o que

corresponde a 2,46% dos alunos pesquisados. Portanto, o projeto da escola não conta com a participação dos principais sujeitos da pesquisa – os alunos.

Apenas 10 alunos, ou 12,34% dos alunos pesquisados referem conhecer a Prova Brasil, quando questionados sobre Avaliações Externas às quais a escola foi submetida, ou caracterizam as AEs como provas enviadas pelo governo para todas as escolas. A grande maioria desconhece qual a serventia daquelas provas e não ouve falar mais quando passa o dia da realização. Essa informação poderia ser esclarecida se efetivassem a avaliação institucional na escola.

Esses 10 (dez) alunos, também citam as Olimpíadas de Matemática, como Avaliações Externas, embora estas não tenham nenhuma relação com as Avaliações Institucionais elaboradas pelo MEC.

Apenas a título de esclarecimento:

A OBM – Olimpíada Brasileira de Matemática, segundo o site, (www.obm.org.br) é uma competição aberta a todos os estudantes do Ensino Fundamental (a partir do 6º ano), Médio e Universitário das escolas públicas e privadas de todo o Brasil. A primeira OBM foi organizada em 1979 pela Sociedade Brasileira de Matemática. A SBM (www.sbm.org.br) foi fundada em 1969. É uma entidade civil, de caráter cultural e sem fins lucrativos voltada, principalmente, para estimular o desenvolvimento da pesquisa e do ensino da matemática no Brasil. Tem por objetivos:

- Interferir decisivamente na melhoria do ensino da matemática no país;
- Descobrir jovens com talento matemático excepcional e colocá-los em contato com matemáticos profissionais e instituições de pesquisa de alto nível, oferecendo condições favoráveis para a formação e o desenvolvimento de uma carreira de pesquisa;
- Selecionar os estudantes que representarão o Brasil em competições internacionais de matemática;
- Organizar, no Brasil, as diversas competições internacionais de matemática.

Dos 81 alunos pesquisados, 26 ou 32,09%, ao serem questionados sobre atividades extra classe desenvolvidas pela escola, responderam que a instituição promove passeios, feira cultural, palestras, gincanas, aulas de violão, apresentações, etc.

Quando questionados sobre projetos desenvolvidos, 14 alunos ou 17,28% citam aulas de violão (música) e a Feira cultural (festival de música e dança).

Sobre os conteúdos que trazem mais dificuldades aos alunos, as respostas foram as seguintes:

- 09 alunos, ou 11,11% responderam nenhum;
- 03 alunos, ou 3,70% responderam que têm maior dificuldade em Física;
- 06 alunos, ou 7,40% têm maior dificuldade em Química;
- 09 alunos, ou 11,11%, em Ciências;
- 03 alunos, ou 3,70% em História;
- 45 alunos, ou 55,55% têm dificuldade em Matemática;
- 28 alunos, ou 34,56% têm maior dificuldade em Português;
- 04 alunos, ou 4,93% têm dificuldade Inglês;
- 03 alunos, ou 3,70% tem dificuldade em todos os conteúdos;
- 02 alunos, ou 2,46% não responderam;
- 01 aluno (1,23%) afirmou ter dificuldade em Artes.

Quando questionados sobre a representatividade do corpo discente, 71 alunos, ou 87,56% do total de estudantes pesquisados afirmam que existem representantes de classe ou grêmio estudantil na escola; 10 alunos, ou 12,34% afirmam não saber da existência de representantes de classe ou grêmio na instituição.

Com relação à comunicação entre alunos e equipe de gestão, a pesquisa revelou que 42 dos sujeitos pesquisados, ou 51,85%, não souberam responder como fazem sugestões à direção; 20 alunos, o que corresponde a 24,69% dos pesquisados, responderam de forma incompleta e insatisfatória sobre como fazem sugestões à equipe de gestão e 19 alunos, ou 23,45% dos pesquisados responderam que as sugestões são feitas através dos representantes de turma, do grêmio estudantil ou diretamente aos professores e à direção da escola.

Desde a primeira escola procurada para a realização da pesquisa, tornou-se clara a resistência dos gestores com relação à aplicação dos questionários. Na terceira escola, onde a pesquisa foi realizada, os questionários foram deixados para serem aplicados pelos coordenadores. Não foi informado quais alunos responderam, nem as suas respectivas séries ou idades.

A Lei DF4751 de 07 de fevereiro de 2012, art 25, alínea III prevê:“... compete ao Conselho Escolar – garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na elaboração do projeto político-pedagógico da unidade escolar. “

Ao analisar os dados, observa-se que a grande maioria, (92,59%) dos alunos não conhece ou não sabe o que é o Projeto Político Pedagógico da escola. Cabe registrar aqui que quando foram informados os objetivos da pesquisa, os gestores das três escolas colocaram que estavam em fase de elaboração do P.P.P. de suas instituições e apenas uma das escolas havia feito uma pesquisa com os pais para conhecer suas opiniões a respeito da instituição (A EC Varjão).

Tendo por referência o Projeto Político Pedagógico da escola, muitas questões podem nortear a Avaliação Institucional, conforme cita Sandra M. Zákia L. Sousa (1999), em seu texto “ Avaliação Institucional: Elementos para discussão”, entre as quais podemos citar:

“Nossas ações estão de acordo com o PPP da escola?”

“O que temos feito para alcançar uma educação de qualidade na nossa escola?”

“O que necessita ser aperfeiçoado?”

Muitas questões podem ser formuladas, quando a comunidade escolar se propõe a elaborar a AI, variando conforme o contexto em que a escola está inserida.

Portanto, a participação dos componentes do Conselho Escolar na elaboração do P.P.P., como prevê a Lei de Gestão Democrática, é inexistente, pois não foi constatado sequer o conhecimento do Projeto Político Pedagógico, tão pouco o registro de opiniões e sugestões dos pais, alunos, grêmio estudantil ou Associação de pais. Ainda há muito que se trabalhar para a implementação do P.P.P. nas instituições, com a participação da Comunidade Escolar, de forma que se busque uma educação de qualidade para os alunos.

Com relação às Avaliações Externas, apenas 12,34% dos alunos citam a Prova Brasil, e as Olimpíadas de Matemática, sendo esta última uma competição que não tem qualquer relação com as Avaliações Externas, nem tão pouco com os seus objetivos. Ainda assim, a Prova Brasil é citada, mas os alunos não têm conhecimento de seus resultados, pois não são comunicados a respeito deles. Perde-se aí uma grande oportunidade de fortalecer a aprendizagem dos estudantes, realizando a Avaliação Institucional tendo os resultados das Avaliações Externas

como referência para tomar decisões, promovendo assim a melhoria da qualidade de ensino.

A pesquisa revelou que a escola promove atividades extra classe (ao menos duas foram citadas por 32,09% dos alunos), o que revela que a instituição investe na parte diversificada do ensino, obedecendo ao que prevê a Câmara de Educação Básica do CNE e a Resolução Nº 04 de 13/07/2010, Capítulo II, art. 1: "...a parte diversificada complementa a base nacional comum, sendo definida pelos sistemas educativos ou pela escola, observadas as características do local onde está situada".

Quanto aos projetos desenvolvidos, 17,28% dos alunos pesquisados citam dois que a escola promove e que têm participação de todos. Além de proporcionar a integração entre os estudantes, a escola promove o exercício da responsabilidade social com o projeto Gincana Solidária.

Quando questionados sobre os conteúdos que mais trazem dificuldades, 55,55% dos alunos responderam que é a Matemática, 34,56% se referiram ao Português, seguidos dos demais conteúdos.

Fica evidenciado que a escola não desenvolve atividades utilizando o resultados das avaliações externas para promover a aprendizagem e melhoria do ensino, pois se assim o fizesse, a deficiência nessas disciplinas não seria apontada por grande parte dos estudantes.

Cabe ressaltar que registram dificuldades em disciplinas cujos conteúdos servem de base para a aprendizagem de vários outros. Portanto, as demais disciplinas ficam de certa forma, "prejudicadas", uma vez que requerem conhecimento mínimo dos conteúdos básicos de português e matemática.

O Art. 36 da Lei 4751/2012, prevê que:

"... as instituições educacionais devem estimular e favorecer a implementação e o fortalecimento de grêmios estudantis, como forma de desenvolvimento da cidadania e da autonomia dos estudantes e como espaço de participação estudantil na gestão escolar.

Parágrafo único. A organização e o funcionamento do grêmio escolar serão estabelecidos em estatuto, a ser aprovado pelo segmento dos estudantes da respectiva unidade escolar. "

A existência de representatividade por parte dos alunos e grêmio estudantil foi registrada por 87,65% dos alunos pesquisados, mas a atuação junto à direção é pequena, e a sua importância desconhecida, ou seja, os alunos ainda não

têm consciência de seus direitos de participação na escola onde estudam, já que desconhecem o Projeto Político Pedagógico da Escola, não participam de sua elaboração e boa parte, (51,85%) dos pesquisados, não sabem como fazer sugestões à equipe gestora.

Quando questionados sobre a média da escola na última avaliação, a ex diretora disse não se lembrar se tinha sido 5,2 ou 5,4 pontos. Não foi especificada qual foi a última avaliação sistêmica à qual a escola foi submetida.

Segundo o site ultimosegundo.ig.com.br, a avaliação da escola pelo IDEB em 2011 teve o resultado de 4,6 pontos. Já o Correio Braziliense de 30/04/2014, divulgou o ranking das escolas do DF que participaram do ENEM em 2012 e a instituição pesquisada ocupa o 111º lugar, com média de 489,53 na prova objetiva e 521,39 na prova de redação.

Não ficou evidenciado que a escola realiza a avaliação institucional junto a seus alunos e demais membros da comunidade escolar, o que constitui prejuízo para a implementação de melhorias na aprendizagem, uma vez que este instrumento poderia identificar falhas e carências que poderiam ser sanadas, oferecendo um ensino de melhor qualidade.

Segundo Gadotti, “a avaliação institucional é vista como um processo necessário da administração, condição para a melhoria do ensino e da pesquisa e exigência da democratização”. (GADOTTI, 2010).

Entre outros, podemos enumerar alguns objetivos que orientem a Avaliação Institucional da escola:

- Aperfeiçoar as práticas pedagógicas utilizadas na escola;
- Tornar o ambiente escolar mais acolhedor e agradável para toda a equipe escolar;
- Ampliar a execução de projetos desenvolvidos pela escola;
- Aproximar a comunidade escolar da comunidade local, com vistas a uma melhor interação;
- Propiciar novas experiências e formas de aprendizagem ao educando.

Mobilizar os alunos a participarem mais ativamente das decisões tomadas pela equipe gestora da escola.

Com base nos indicadores estabelecidos pelo CONSED – Conselho Nacional dos Secretários de Educação, na sua 12ª versão abordado por Heloisa Luck (2012), a AI sugerida adota algumas dimensões a serem observadas, utilizando-se um conjunto de cores que irão identificar a situação atual dos vários aspectos avaliados. Essas cores recebem a seguinte classificação:

- Vermelho – que corresponde a uma avaliação ruim;
- Amarelo – que corresponde a uma avaliação boa;
- Verde – que corresponde a uma avaliação ótima.

Sugere-se a avaliação dos seguintes aspectos, registrados um em cada metade de uma folha de papel:

- Dependências físicas da escola;
- Métodos e práticas pedagógicas;
- Gestão escolar;
- Formação do corpo docente;
- Acesso, permanência e desempenho dos alunos;
- Execução de projetos definidos pelo Projeto Político Pedagógico e etc.
- Observações...

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sugere-se que após o levantamento dos índices alcançados pela escola, a equipe exponha suas fragilidades a toda comunidade escolar, (desenvolvendo assim a avaliação institucional) principalmente aos alunos. Deve direcionar esta exposição para a solicitação de sugestões por parte de todos, visando a melhoria da qualidade do ensino e não para apontar deficiências de aprendizagem individuais. Aqueles a quem a escola deve servir preferencialmente (alunos), devem apontar dificuldades e sugestões. É a Avaliação Institucional sendo desenvolvida com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino ofertado. À equipe gestora cabe pesquisar alternativas viáveis e apresentá-las aos demais integrantes da escola para que juntos decidam qual o melhor caminho a seguir.

A interpretação desses resultados poderia (e deveria) ser feita pelos docentes com os alunos, visando buscar o desenvolvimento de atividades diversas objetivando a melhoria do ensino, sem, contudo gerar competição e de maneira a evitar o abandono e a evasão escolar.

Ainda de acordo com o art. 25 da Lei 4751/2012, alínea IX, também é competência do Conselho Escolar promover, anualmente, a avaliação da unidade escolar nos aspectos técnicos, administrativos e pedagógicos.

Não ficou evidenciado que a escola realiza a avaliação institucional junto a seus alunos e demais membros da comunidade escolar, o que constitui prejuízo para a implementação de melhorias na aprendizagem, uma vez que este instrumento poderia identificar falhas e carências que poderiam ser sanadas, oferecendo um ensino de melhor qualidade.

A Lei 4751/2012, que discorre sobre a importância da gestão democrática nas instituições públicas do Distrito Federal, além de recente, não foi divulgada/debatida efetivamente nas escolas. Necessário se faz que seja trabalhada com os gestores, alunos e demais membros da comunidade escolar, de forma a beneficiar os maiores sujeitos do processo de ensino aprendizagem: os educandos.

Identificou-se neste trabalho, grande resistência por parte dos gestores para a realização da pesquisa, o que caracteriza que as Avaliações Externas e a Avaliação Institucional não são devidamente utilizadas para promover uma educação de qualidade.

A comunidade escolar não está acostumada a participar das decisões da escola, tão pouco questionar ou sugerir mudanças. Na educação, sempre foi imposto o conhecimento de cima para baixo.

Acreditamos que a equipe gestora pode se reunir com os professores e funcionários da escola para explicar os aspectos da avaliação. Por sua vez, os professores poderão executar também a avaliação em sala de aula, com os seus alunos, mesmo os da educação infantil. A mesma avaliação poderá ser encaminhada aos pais ou responsáveis, através dos alunos, para que eles também se manifestem. Se preferir, a equipe gestora poderá convocar uma reunião com os pais para proceder à avaliação. Após colhidas todas as informações, sugere-se que sejam separadas por cor (classificação) atribuída a cada aspecto. Feito esse levantamento, deve-se observar os pontos fracos encontrados e solicitar alternativas para a melhora dos aspectos avaliados. A equipe gestora pode solicitar sugestões dos professores em reunião com estes, com os funcionários e com os pais. Os professores podem adotar a mesma estratégia com os alunos.

Todas as considerações devem ser registradas para que sejam avaliadas por toda a equipe escolar, com vistas a definir a viabilidade das sugestões feitas, buscando o aperfeiçoamento e a melhora dos aspectos que receberam uma avaliação ruim.

A equipe gestora pode considerar a avaliação meritocrática (a que identifica e seleciona os melhores alunos), para discutir com os professores a implementação de novas práticas que contemplem um melhor desempenho por parte dos alunos que não estejam alcançando resultados, habilidades e aprendizagem satisfatórios. Deve-se ter o cuidado de não utilizar essa avaliação para classificar os alunos e sim, tê-la como uma avaliação construtiva, voltada para o compromisso com a educação, a formação do aluno e sua inclusão na sociedade.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação Educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2000.

ÂNGULO, Felix R. O planejamento da qualificação da escola: o leigo graal da mudança educacional In: MURILLO, F. J. REPISO, M. M .*et al.* **A qualificação da escola: um novo enfoque**. Porto Alegre: ARTMED, 2007.

BARAGLIO, Gisele Funatti. Blog.

BELLONI, Isaura & BELLONI, José Angelo. Questões e propostas para uma Avaliação Institucional formativa. In FREITAS, L. C. (Org) **Avaliação de escolas e universidades**. Campinas: Komedi, 2003, p. 9-34.

ESTEBAN, Maria Helena. Provinha Brasil: desempenho escolar e discursos normativos sobre a infância. Sísifo. **Revista de Ciências da Educação**, n. 09, p. 47-56, mai./ago., 2009.

FERRER, A. T. **Avaliação e mudança de sistemas educacionais: a interação que falta**. IN: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Rio de Janeiro, 1995. Anais, Brasília – MEC, 1996. P. 33-54.

FINI, M.I. Sobre a pesquisa em educação, que tem a fenomenologia como suporte. IN: BIDUCO, M.A.V; ESPÓSITO, V.H.C. (Org). **Pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico**. 2 ed. Piracicaba; Unimep, 1997. P. 23-33.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de: Avaliação da Educação Básica e Ação Normativa Federal In: **Cadernos de Pesquisa**, v.34 n.123, p.663-689, set/dez. 2004.

GADOTTI, Moacir. (2010) **Avaliação Institucional: Necessidades e condições para sua realização**. Disponível em: [HTTP://www.paulofreire.org/pub/Institucional?MoacirGadottiArtigosIt2009/Avali_Institucional.pdf](http://www.paulofreire.org/pub/Institucional?MoacirGadottiArtigosIt2009/Avali_Institucional.pdf)>.

LIMA, L. C. **A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LUCK, Heloisa. **Perspectivas da Avaliação Institucional da Escola**. Petrópolis: Vozes, 2012 – v. VI – (Série cadernos de gestão).

LUDKE, Menga: **Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias**. In: Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP v. 14 p. 313,336, julho 2009.

MASINI, Elcie Fortes Salzano. Enfoque fenomenológico de pesquisa em educação. In: FAZENDA, Ivani (Org). **Metodologia da pesquisa educacional**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2004. P. 61-67.

RIBEIRO, Vera, Masagão; RIBEIRO, Vanda Mendes; GUSMÃO, Joana Buarque de. **Indicadores de Qualidade para a mobilização da escola**.

SANTOS, Francely Aparecida dos, MACHADO, Liliane Campos, FREITAS, Luís A. de Oliveira. **Didática e Metodologia do Ensino Superior. Metodologia e Normatização da Pesquisa**.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, Sorocaba, v.13, n. 1, p. 193-207, mar, 2008.

SOUSA, Sandra M. Zákia L. **Avaliação Institucional**: Elementos para discussão

SOUSA, S. Z. **Avaliação Escolar**: constatações e perspectivas. Revista de Educação AEC, Brasília-DF, ano 24, nº 94, p. 59-66, jan./mar., 1995.

SUDBRACK, Edite Maria: **Avaliação no contexto escolar: regulação e/ou emancipação**. In: IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul 2012.

WERLE, Flávia Obino Corrêa, (Org.). **Avaliação em larga escala**: foco na escola. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Líber Livro, 2010.

Constituição de 1988. Art. 209.

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 17, n. 46, 1952. P. 69-79.

APÊNDICE A – Instrumento de pesquisa gestor do Centro Educacional do Lago Norte - CEDLAN

Senhor Gestor,

A entrevista proposta seguirá o roteiro abaixo sugerido e tem por objetivo subsidiar o trabalho de pesquisa do curso de especialização em gestão escolar, ministrado por convênio entre MEC/UNB E SEDF.

De que forma a escola trabalha o resultado das Avaliações Externas?

Que atividades são desenvolvidas tendo as Avaliações Externas como referência?

As Avaliações Externas refletem a aprendizagem dos alunos? Porquê?

Como os professores recebem o resultado das Avaliações Externas?

A escola recebe ou oferece propostas de atividades que tenham como foco o resultado das Avaliações Externas?

As avaliações Externas são discutidas com a comunidade escolar (pais, alunos, professores, etc)? Como? Quando?

Como as Avaliações Externas são trabalhadas no contexto do Projeto Político Pedagógico da escola?

A escola desenvolve algum trabalho prévio visando a AE da instituição?

Quais ações a equipe de gestão propõe para a melhoria do ensino, tendo como base as Avaliações Externas da instituição?

**APÊNDICE B – Instrumento de pesquisa discente do Centro Educacional do
Lago Norte - CEDLAN**

Prezado Aluno,

Este questionário tem como objetivo medir seu conhecimento a respeito da sua escola. Suas respostas serão parte de uma pesquisa sobre a instituição onde você estuda. Responda com sinceridade às questões! As suas respostas serão utilizadas unicamente para os fins dessa pesquisa. E o seu anonimato será mantido.

Você conhece o Projeto Político Pedagógico da sua escola? Fale sobre ele.

Você sabe o que é Avaliação Externa? Se sabe, explique. Quais você já fez?

Como você toma conhecimento do resultado das Avaliações Externas da sua escola?

A escola realiza atividades extra classe com os alunos? Quais?

Existe algum projeto sendo desenvolvido na escola? Qual?

Qual conteúdo traz maior dificuldade para você?

Existe representante de classes ou grêmios estudantis na escola?

De que forma os alunos fazem sugestões à equipe de gestão da escola?
